

## Entrevista de José Medeiros Ferreira: a adesão de Portugal ao Conselho da Europa (Lisboa, 25 Outubro 2007)

**Source:** Interview de José Medeiros Ferreira / JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, Miriam Mateus, prise de vue : François Fabert.- Lisbonne: CVCE [Prod.], 25.10.2007. CVCE, Sanem. - VIDEO (00:07:21, Couleur, Son original).

**Copyright:** Transcription Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe (CVCE)  
All rights of reproduction, of public communication, of adaptation, of distribution or of dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.  
Consult the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

**URL:**

[http://www.cvce.eu/obj/entrevista\\_de\\_jose\\_medeiros\\_ferreira\\_a\\_adesao\\_de\\_portugal\\_ao\\_conselho\\_da\\_europa\\_lisboa\\_25\\_outubro\\_2007-pt-e8b9334b-ab8b-42be-8a24-437ee8573ed6.html](http://www.cvce.eu/obj/entrevista_de_jose_medeiros_ferreira_a_adesao_de_portugal_ao_conselho_da_europa_lisboa_25_outubro_2007-pt-e8b9334b-ab8b-42be-8a24-437ee8573ed6.html)



**Last updated:** 04/07/2016

## Entrevista de José Medeiros Ferreira: a adesão de Portugal ao Conselho da Europa (Lisboa, 25 Outubro 2007)

[Miriam Mateus] A 22 de Setembro de 1976, Portugal assina a sua adesão ao Conselho da Europa.

[José Medeiros Ferreira] É verdade, fui eu que assinei.

[Miriam Mateus] Exactamente. O Senhor é ministro dos Negócios Estrangeiros na altura. Que recordações é que guarda desse momento histórico?

[José Medeiros Ferreira] Bem, eu guardo excelentes recordações. Mas deixe-me talvez racionalizar um pouco o que foi o pedido de adesão de Portugal ao Conselho da Europa.

Não se comparam as duas coisas, os dois registos em termos do processo negocial. O processo negocial, chamemos-lhe assim, do pedido de adesão ao Conselho da Europa foi meramente político, embora com as suas especificidades próprias, que já vou tentar referir, mas nós... Repare, o primeiro Governo Constitucional é empossado em Julho, a discussão do programa governamental na Assembleia da República, no nosso Parlamento, é em Agosto e em Setembro – tudo isto em 1976 – do mesmo ano, só para ver a rapidez da passada, em Setembro de 1976, Portugal assina a sua entrada no Conselho da Europa.

Portanto, há aqui uma intenção deliberada do Governo português, facilitada obviamente pela compreensão do Conselho da Europa do que representava para nós essa entrada numa instituição tão prestigiada no que dizia respeito à defesa dos valores democráticos e da defesa e promoção dos Direitos Humanos, não é assim?, que nós iremos, rapidamente estabelecer o quadro da adesão plena. Essa negociação decorre portanto entre Agosto de 1976 e dura praticamente um mês e meio. A grande dificuldade do processo tinha a ver com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, porque nós queríamos assinar, e conseguimos-lo, e fomos dos poucos países que fizeram isso, que foi no acto de adesão ao Conselho da Europa, nós também assinamos a Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Por questões relacionadas com o período de transição em Portugal, tivemos que – como aliás todos os países fizeram no longo historial da entrada dos países democráticos no Conselho da Europa – expressar reservas sobre um artigo ou outro, um protocolo ou outro, mas hoje em dia aliás creio que já não existe nenhuma das reservas portuguesas que na altura foram formuladas e que tinham a ver com questões relacionadas ainda com o período revolucionário, com a necessidade que tinha existido de desmantelar o Estado ditatorial, e portanto estava em suspenso, digamos, estavam ainda em curso certos processos nos tribunais e, portanto, houve que salvaguardar esse aspecto quando aderimos à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Mas Portugal foi dos poucos países, volto a repetir, que assinou a Convenção Europeia dos Direitos do Homem ao mesmo tempo que entrou no Conselho da Europa.

Também serviu a entrada no Conselho da Europa para ilustrar que nós queríamos pertencer ao mundo das democracias pluralistas ocidentais, não é assim?, na medida em que o Conselho da Europa nessa altura e até, se me permite – embora não seja o âmbito do vosso trabalho – o Conselho da Europa em termos de Direitos Humanos e em termos de apoio aos regimes democráticos tem duas fases bem distintas. A fase de que nós estamos a falar ainda é uma fase em que o Conselho da Europa é extremamente exigente nos requisitos para a entrada dos Estados Europeus do ponto de vista do funcionamento das regras democráticas e do respeito pelos Direitos do Homem. Portanto, é por isso exactamente que, até 1976, países como Portugal e a Espanha nunca entraram no Conselho da Europa, exactamente porque maugrado a extrema tolerância que outros organismos demonstraram em relação às ditaduras ibéricas, o Conselho da Europa nunca mostrou esse mesmo tipo de tolerância. E quer Portugal, quer a Espanha – Portugal é o décimo-nono membro do Conselho da Europa, a Espanha entrará seis meses mais tarde como vigésimo membro – só vão conseguir entrar no Conselho da Europa, e ainda bem, depois do derrube das ditaduras ibéricas e da implantação de regimes democráticos.

Com o fim da Guerra Fria, com a liberalização dos países de Leste, o Conselho da Europa passou a uma outra fase e a uma outra estratégia de assimilação, digamos assim, dos países em transição para a

democracia. Portanto, os países de Leste já vão entrar, alguns deles – não vou nomear, não vale a pena, mas é público, o caso mais conhecido ainda acabou por ser o caso da Rússia, não é assim?... Os países europeus entram no Conselho da Europa, não tanto porque já têm todos os pré-requisitos de um regime político pluralista e democrático, de liberdades públicas, etc., nem de respeito total por todas as regras da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, mas porque a entrada desses países no Conselho da Europa é vista como uma forma de os ir conformando e suscitando uma aceleração na transição para formas de Estado democrático, de direito como nós já o entendíamos. Isso é muito presente como estratégia do Conselho da Europa, tanto assim que o Conselho da Europa a partir de 1997, se não estou em erro, estabeleceu aquilo que se chamou em Francês, o *comité de suivi* que tinha exactamente por função ir observando o que se passava em alguns desses países, até considerá-los perfeitamente normais do ponto de vista democrático, como nós entendemos um regime democrático.

E portanto, quando Portugal e a Espanha, nesse caso concreto, pedem a adesão ao Conselho da Europa, o Conselho da Europa ainda estava na fase de uma exigência prévia muito grande de respeito pelos cânones democráticos e não nessa fase de induzir a democracia a partir de ter esses Estados no seu próprio seio. Não sei se fui claro, mas era só para dizer que em 1976 Portugal entra no Conselho da Europa porque preenche todos os requisitos democráticos.

[Miriam Mateus] Isso era precisamente a minha pergunta. Sabendo que Portugal participou activamente na construção europeia, já desde muito cedo, participou no Plano Marshall...

[José Medeiros Ferreira] Eu não sei se participou no Plano Marshall, participou a partir de uma certa altura no segundo exercício do Plano Marshall, eu penso que é assim – mas a professora Fernanda Rollo que, sei que também está no fundo presente nesta vossa série, tem um livro muito claro sobre esse assunto. O Governo de Salazar a princípio não quis participar no Plano Marshall, por vários factores, um deles tinha a ver com o considerar que não necessitava ou que havia condições do Plano Marshall que ele não gostaria de aceitar. Há um célebre relatório do professor Costa Leite Lumbralles, que era o ministro das Finanças da altura, em que ele é muito claro a dizer que Portugal não deve aceitar o Plano Marshall. Mas no fim desse período, já na fase final do Plano Marshall enquanto tal, Portugal vai aceitar participar – quanto a mim, na perspectiva de vir a pertencer à organização à qual entretanto o Plano Marshall deu ocasião, que foi a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE). Penso que foi mais nessa perspectiva que Portugal acabou por aceitar participar no chamado «segundo exercício do Plano Marshall», com especial incidência sobre certas formas de desenvolvimento dos planos de fomento da altura. Mas, enfim, não é esse o nosso objecto.

[Miriam Mateus] Portanto, só para concluir a pergunta, foi membro fundador da OECE em 1948, como estávamos precisamente a dizer, membro fundador também da NATO em 1949, da EFTA em 1960... Podemos dizer que os vários anos de negociação para entrar para o Conselho da Europa foram apenas devidos à falta de democracia no País?

[José Medeiros Ferreira] Exactamente. Do ponto de vista do Conselho da Europa... Repare, estamos em pleno período da Guerra Fria, isso é muito importante. O Conselho da Europa só pode ser entendido, nessa altura, como também uma instituição europeia que pretende demonstrar que as democracias pluralistas de tipo representativo são superiores do ponto de vista axiológico, normativo e político às ditaduras. E portanto, o Conselho da Europa é por excelência, como disse há pouco, uma instituição internacional que só aceita no seu seio países de democracia política, pluralista e representativa. Razão pela qual juntou a Convenção Europeia dos Direitos do Homem às suas aquisições, com aliás uma clausula muito interessante que a União Europeia não tem, por exemplo, que é o facto dos cidadãos, individualmente, poderem recorrer ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e que tem causado alguns embaraços à União Europeia, infelizmente do meu ponto de vista.

Agora, do ponto de vista da sua pergunta, eu creio que isso explica que o Conselho da Europa tenha sido sempre intransigente na entrada de aquilo a que eu chamei há pouco as ditaduras ibéricas e para facilitar vou repetir. As ditaduras em Portugal e na Espanha, mas também – podemos dar aqui um caso que talvez ilustre de outra maneira o que estamos a dizer – a própria Turquia, se não estou em erro, e não sei se a Grécia –

porque, enfim, não queria cometer aqui nenhuma incorrecção –, mas a Turquia certamente, quando se dotou de um regime ditatorial, foi suspensa do Conselho da Europa. Portanto, é uma instituição internacional muito ciosa dos seus pergaminhos democráticos e isso explica porque é que Portugal, tendo entrado por questões estratégicas na NATO e por questões de comércio na EFTA, não entrou no Conselho da Europa.